



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM**

**31 DE MARÇO DE 2019**





## SUMÁRIO

	FOLHA
<b>1 BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>3 e 4</b>
<b>2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>5</b>
<b>3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>6</b>
<b>4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6</b>
<b>5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>7</b>
<b>6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>8</b>
<b>7 NOTAS EXPLICATIVAS</b>	<b>9 a 33</b>
<b>8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>34 a 36</b>





**ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A**

**CNPJ: 04.557.307/0001-49**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Março de 2019 e Dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	31/03/2019	31/12/2018
<b>CIRCULANTE</b>		<b>57.700</b>	<b>80.990</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	25.805	42.886
Clientes	6	25.674	30.209
Outros Créditos	8	5.029	4.772
Despesas Antecipadas	9	1.192	3.123
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>564.567</b>	<b>571.185</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>23.265</b>	<b>23.590</b>
Depósitos Judiciais	10	115	115
Tributos Diferidos	11	23.150	23.475
<b>Imobilizado</b>	12	<b>379.411</b>	<b>383.994</b>
<b>Intangível</b>	13	<b>161.334</b>	<b>163.601</b>
<b>Direito de Uso</b>	14	<b>557</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>622.267</b>	<b>652.175</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "





**ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A**  
**CNPJ: 04.557.307/0001-49**



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de Março de 2019 e Dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>31/03/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>84.468</b>	<b>124.880</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15	295	268
Fornecedores	16	4.033	3.996
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	4.989	27.990
Outras Obrigações Fiscais	18	2.067	2.282
Dividendos a Pagar	19	-	19.083
Concessão de Uso de Bem Público	20	64.169	62.813
Pequisa e Desenvolvimento	21	7.680	7.412
Outras Contas a Pagar	22	1.235	1.036
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>481.301</b>	<b>473.318</b>
Concessão de Uso de Bem Público	20	480.893	473.318
Direito de Uso	14	408	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>56.498</b>	<b>53.977</b>
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.3	255	255
Reserva Legal	25.2	7.101	7.101
Lucro de Janeiro a Março 2019		13.639	-
Dividendos Adicionais Propostos	25.4	-	11.118
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>622.267</b>	<b>652.175</b>



José de Alencar, 2021 • Juvevê • Curitiba - Paraná • 80040-040  
+ 55 (41) 3262-0106 • + 55 (41) 3362-0115  
elejor@elejor.com.br  
www.elejor.com.br





**ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**  
CNPJ: 04.557.307/0001-49

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018**  
( Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	NE nr.	31/03/2019	31/03/2018
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	26	<b>71.084</b>	<b>69.235</b>
( - ) Custos Operacionais	27	<b>(23.986)</b>	<b>(21.148)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>47.098</b>	<b>48.087</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	28	<b>(1.328)</b>	<b>(1.282)</b>
Despesas Administrativas	28.1	(1.328)	(1.428)
Outras receitas	28.2	-	146
<b>LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		<b>45.770</b>	<b>46.805</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(25.114)</b>	<b>(20.666)</b>
Receitas financeiras	29	562	371
Despesas financeiras	29	(25.676)	(21.037)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>20.656</b>	<b>26.139</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(7.017)</b>	<b>(8.881)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(6.692)	(8.556)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	11	(325)	(325)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>13.639</b>	<b>17.258</b>
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>0,226</i>	<i>0,286</i>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "





**ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**  
CNPJ: 04.557.307/0001-49

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>13.639</b>	<b>17.258</b>
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:		-	-
Operações com Créditos de Carbono		-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros		-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>13.639</b>	<b>17.258</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.100</b>	-	<b>18.868</b>	-	<b>61.726</b>
Lucro do período - Janeiro a Março 2018		-	-	-	-	-	17.258	17.258
<b>Destinação da proposta à A.G.O</b>								
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de março de 2018</b>		<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.100</b>	-	<b>18.868</b>	<b>17.258</b>	<b>78.984</b>
Lucro do período - abril a dezembro 2018		-	-	-	-	-	59.073	59.073
Dividendos distribuídos		-	-	-	-	(18.868)	-	(18.868)
Dividendos distribuídos antecipadamente		-	-	-	-	-	(46.131)	(46.131)
Reserva legal		-	-	1	-	-	1	2
<b>Destinação da proposta à A.G.O</b>								
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(19.083)	(19.083)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	11.118	(11.118)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.101</b>	-	<b>11.118</b>	-	<b>53.977</b>
Dividendos adicionais	25.4					(11.118)		(11.118)
Lucro do período - Janeiro a Março 2019							13.639	13.639
<b>Saldos em 31 de março de 2019</b>		<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.101</b>	-	-	<b>13.639</b>	<b>56.498</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "







**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Trimestres findos em 31 de Março de 2019 e 2018  
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	31/03/2019	31/03/2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		13.639	17.258
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	12 e 14	4.659	4.110
Amortização de intangível - Concessão	13	2.267	2.239
Variações monetárias não realizadas	29	25.665	20.929
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.6	325	325
Premio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015	11	2.274	2.274
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>			
Clientes	6	4.535	508
Outros créditos	8	(257)	(320)
Despesas pagas antecipadamente	9	(343)	99
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Obrigações sociais/trabalhistas	15	27	50
Fornecedores	16	37	13
Imposto de renda e contribuição social	17	(23.001)	(29.990)
Outras obrigações fiscais	18	(215)	(169)
Pagamento de encargos de debêntures		-	(460)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	20	(16.725)	(15.199)
Pagamento de direito de uso		(38)	-
Pesquisa e desenvolvimento	21	268	293
Outros valores a pagar	22	46	(362)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>13.163</b>	<b>1.598</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	12	(43)	(441)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(43)</b>	<b>(441)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	19	(30.201)	-
Resgate de debêntures		-	(10.152)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(30.201)</b>	<b>(10.152)</b>
<b>Varição no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>(17.081)</b>	<b>(8.995)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	42.886	37.905
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	25.805	28.910
<b>Varição no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>(17.081)</b>	<b>(8.995)</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "





**ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**  
**C.N.P.J. Nº 04.557.307/0001-49**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**Trimestres findos em 31 de Março de 2019 e 2018**  
( Em Milhares de Reais )

	NE nr.	31/03/2019	31/03/2018		
<b>Receitas</b>					
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	74.701	72.684		
<b>Total</b>		<b>74.701</b>	<b>72.684</b>		
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Energia Elétrica comprada para revenda	27	6.977	4.448		
Encargos de uso da rede elétrica	27	3.340	3.092		
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	1.359	2.150		
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	5.586	5.202		
Outros insumos	27 e 28	118	-		
<b>Total</b>		<b>17.380</b>	<b>14.892</b>		
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>		<b>57.321</b>	<b>57.792</b>		
<b>(-) Depreciação e amortização</b>					
	27 e 28	6.926	6.348		
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>		<b>50.395</b>	<b>51.444</b>		
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>					
Receitas financeiras	29	547	371		
Outras Receitas	28.2	15			
<b>Total</b>		<b>562</b>	<b>371</b>		
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>50.957</b>	<b>51.815</b>		
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
	NE nr.	31/03/2019	%	31/03/2018	%
<b>Pessoal</b>					
Remuneração e honorários	28.1	670		671	
Planos previdenciarios e assistencial	28.1	193		171	
Benefícios	28.1	80		63	
Encargos sociais - FGTS	28.1	25		23	
Participações nos lucros e/ou resultados		-		-	
<b>Total</b>		<b>968</b>	<b>1,9</b>	<b>928</b>	<b>1,8</b>
<b>Governo</b>					
Federal		10.635		12.522	
Estadual		-		-	
Municipal		18		16	
<b>Total</b>		<b>10.653</b>	<b>20,9</b>	<b>12.538</b>	<b>24,2</b>
<b>Terceiros</b>					
Juros e variações monetárias	29	25.676		21.037	
Arrendamentos e aluguéis	28.1	21		54	
<b>Total</b>		<b>25.697</b>	<b>50,4</b>	<b>21.091</b>	<b>40,7</b>
<b>Acionistas</b>					
Dividendos antecipados					
Dividendos propostos					
Dividendos adicionais					
Lucro no 1º trimestre 2019		13.639		17.258	
<b>Total</b>		<b>13.639</b>	<b>26,8</b>	<b>17.258</b>	<b>33,3</b>
		<b>50.957</b>	<b>100</b>	<b>51.815</b>	<b>100</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "







**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Levantadas em 31 de março de 2019**

**(Em milhares de reais)**

**1. Contexto Operacional**

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021 em Curitiba – PR, é uma sociedade anônima, de capital fechado, e controlada pela Companhia Paranaense de Energia COPEL que detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. Explora o serviço de geração de energia elétrica através do Complexo Energético Fundão e Santa Clara - CEFSC localizado no Rio Jordão, nos municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná.

O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

<b>UHE / PCH</b>	<b>Potência instalada (MW)</b>	<b>Energia assegurada (MW médios)</b>
UHE - Santa Clara	120,168	69,600
UHE – Fundão	120,168	65,800
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,900
	<b>246,411</b>	<b>140,300</b>

**2. Concessão**

A concessão para exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, é regulada pelo contrato de número 125/2001 com a ANEEL, com base no Decreto Presidencial de 23 de outubro de 2001, cujo prazo de final de outubro de 2036, foi alterado para maio de 2037, conforme despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017.

A extinção ocorrerá nos seguintes eventos: termo final do contrato, encampação, caducidade, rescisão, anulação decorrente de vício ou irregularidade constatada no procedimento ou no ato de sua outorga e falência ou extinção da Companhia.

Ao final do contrato de concessão, que a critério da ANEEL poderá ser prorrogado, todos os bens e instalações vinculados aos aproveitamentos hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados em auditoria pela ANEEL, nos termos do Decreto nº 2003/1996.







Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil, conforme Termo de Ratificação do Lance.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM a partir de maio de 2001.

### **3. Base de Preparação**

#### **3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 30.04.2019.

#### **3.2 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores







reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

#### **4. Principais Políticas Contábeis**

##### **4.1 Instrumentos financeiros**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

###### **a) Custo Amortizado (CA)**

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

###### **b) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

###### **c) Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:







<b><u>Ativo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado

  

<b><u>Passivo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

#### **Ativos Financeiros**

##### **4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### **Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio**

##### **4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

##### **4.1.3 - Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

##### **4.1.4 - Baixas de passivos financeiros**







Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **4.2 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

## **4.3 Redução ao valor recuperável de ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

### **4.3.1 - Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

### **4.3.2 Ativos Não financeiros**

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.







Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

#### **4.4 Provisões**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

#### **4.5 Receita de contratos com clientes**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho







definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A nova norma não impactou o resultado da Companhia.

#### **4.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### **4.7 Imposto de renda e contribuição social**

De acordo com a legislação tributária vigente para fins de apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro líquido, a Companhia utiliza a sistemática do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável. A contribuição social é constituída pela alíquota de 9%. A Companhia optou em recolher o IRPJ e a CSLL mensal pelo método da estimativa nos termos da legislação tributária vigente. Em Janeiro de 2019 fará o recolhimento da parte relativa ao ajuste anual. Do ponto de vista contábil, vem provisionando o IRPJ e CSLL mensalmente com base no Lucro Real apurado.

#### **Conceitos aplicáveis a partir de 1º.01.2019**

A avaliação quanto a adoção dos conceitos da Interpretação Técnica – ICPC 22, equivalente a Interpretação - IFRIC 23, não foi identificado nenhum impacto relevante na situação patrimonial da Companhia, dispensada a constituição de provisão.

#### **4.8 Arrendamentos**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

#### **Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019**

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil







Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

**5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>Saldos em</b>	<b>31/03/19</b>	<b>31/12/18</b>
Caixa e bancos conta movimento		33	99
Aplicações financeiras de curto prazo		25.772	42.787
		<b>25.805</b>	<b>42.886</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas a 98% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**6. Clientes**

	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos a mais de 90 dias</b>	<b>Saldos em 31.03.19</b>	<b>Saldos em 31.12.18</b>
<b>Suprimentos de energia elétrica</b>					
COPEL Distribuição S/A	24.687	-	-	24.687	24.230
COPEL Comercialização S/A	691	-	-	691	748
CCEE Camara Comerc.Energia Elet.	296	-	-	296	-
Prime Energy Comercializadora	-	-	-	-	402
	<b>25.674</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.674</b>	<b>25.380</b>

A Companhia não constitui provisão para perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo prazo, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora. Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.







**7. Partes Relacionadas**

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	31.03.19	31.12.18
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	24.687	24.687
Copel Comercialização S.A.	691	641
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	1.109	1.137
Copel Geração e Transmissão S.A.	784	784
<b>Controlador</b>		
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	13.358
<b>Acionista</b>		
Paineira Participações S.A.	-	5.725
<b>Resultado</b>	<b>31.03.19</b>	<b>31.03.18</b>
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
<b>Suprimento de Energia</b>		
Copel Distribuição S.A.	71.704	70.379
Copel Comercialização S.A.	1.705	1.862
<b>Encargos de Transmissão e Conexão</b>		
Copel Distribuição S.A.	(3.340)	(3.092)
<b>Serviços de Operação e Manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(2.246)	(1.863)
<b>Serviços de Planejamento Energético</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(194)	(177)
<b>Serviços de Telecomunicações</b>		
Copel Telecomunicações S.A.	(23)	(22)

**7. Outros créditos**

	Saldos em	31/03/19	31/12/18
Serviços em Curso ( * )		4.987	4.753
Almoxarifado de manutenção e operação		7	7
Adiantamento a empregados		33	12
Devoluções de compras		2	-
		<b>5.029</b>	<b>4.772</b>





( \* ) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

## 9. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos exercícios seguintes.

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/03/19</b>	<b>31/12/18</b>
<b>Curto Prazo</b>			
Seguro das usinas		433	90
Seguro sede administrativa		1	1
Repactuação do Risco Hidrológico		758	3.032
		<b>1.192</b>	<b>3.123</b>

Durante o período de 2015, os geradores hidrelétricos foram fortemente impactados pela geração de energia elétrica abaixo de sua garantia física, em decorrência do baixo nível dos reservatórios, afetados pela escassez de chuvas dos últimos anos, submetendo-os à liquidação junto a CCEE, ao preço do PLD, do déficit entre a energia gerada e a vendida.

Em 08.12.2015, com a promulgação da Lei nº 13.203, o Poder Concedente permitiu aos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a repactuação do risco hidrológico até então suportado por eles, com efeitos retroativos a 1º.01.2015.

A Resolução Normativa Aneel nº 684, de 11.12.2015, estabeleceu os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica pelos agentes participantes do MRE. A repactuação no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pela transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pelo gerador à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT e a repactuação no Ambiente de Contratação Livre - ACL pela contratação de níveis de Energia de Reserva.

Em requerimento de 23 de dezembro de 2015, e, em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 43 de 11 de janeiro de 2016, a Elejor aderiu a Repactuação do Risco Hidrológico de Geração Hidrelétrica, nos termos da lei 13.203/2015. Essa repactuação gerou crédito no valor de R\$ 50.517 mil (Cinquenta milhões, quinhentos e dezessete mil) assim distribuídos:

R\$ 11.148, como Prêmio de Risco referente ao ano de 2015; e  
R\$ 39.369, a título de recuperação de despesas com Compra de Energia, distribuído conforme abaixo:

Prêmio de risco – Ano 2016	R\$	9.098
Prêmio de risco – Anos 2017 a 2019	R\$	18.645
Ativo intangível – Extensão de prazo da Outorga - UBP	R\$	8.273
Passivo Circulante - Compra de Energia – CCEE	R\$	3.353







Mutação	31.12.2018	Amortização	Transf LP x CP	31.03.2019
Prêmio de risco - ativo circulante	3.032	(2.274)	-	758
Intangível	7.100	(96)	-	7.004
	<b>10.132</b>	<b>(2.370)</b>	-	<b>7.762</b>
Prêmio de risco a amortizar	3.032			758
Extensão de prazo da outorga	7.100			7.004

**10. Depósitos Judiciais**

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

	Valores em R\$ mil
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>78</b>
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
- Atualização monetária	37
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>115</b>
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
<b>Saldo em 31 de março de 2019</b>	<b>115</b>

**11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

Os ajustes originados na mudança de critérios contábeis, contabilizados no resultado da Companhia a partir de 01/01/2010, de acordo com legislação tributária foram adicionados na apuração do Lucro Real, bem como o reconhecimento de ativos financeiros que em contrapartida com o patrimônio líquido gerou um passivo fiscal, que será tributado no momento de sua realização.

Tal previsão consta do § 2º, Art. 177, da Lei 6.404/76 (na redação dada pela Lei 11.941/2009) e IN RFB nº 949/09. Considerando o aumento nos custos / despesas advindos desses ajustes contábeis ocorridos no resultado, adicionados à base de cálculo do IRPJ e CSLL para fins de apuração do lucro real, foi reconhecido o direito de se compensar futuramente.

Com base na lei 12973/2014 e Instrução Normativa 1515/2015 da Receita Federal do Brasil, a Companhia optou pela adoção inicial da mesma lei com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2015, que extinguiu o Regime Transitório de Tributação instituído pela 11941/2009, e, por conseguinte iniciou a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa, e que monta os seguintes valores:





	31.12.2018	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31.03.2019
<b>Ativo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	23.607	(325)	-	23.282
	<b>23.607</b>	-	-	<b>23.282</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(132)	-	-	(132)
	<b>(132)</b>	-	-	<b>(132)</b>
<b>Líquido apresentado no Balanço</b>	<b>23.475</b>	<b>(325)</b>	-	<b>23.150</b>

## 12. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução nº 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:







Descrição	Saldo em 31/12/18	Movimentação				Saldo em 31/03/19		
		Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações / Transferências	Valor residual	Depreciação acumulada	Custo
<b>GERAÇÃO</b>	<b>378.174</b>	<b>11</b>	<b>(4.532)</b>	-	-	<b>373.653</b>	<b>232.067</b>	<b>605.720</b>
<b>Em Serviço</b>	<b>374.485</b>	<b>11</b>	<b>(4.532)</b>	-	-	<b>369.964</b>	<b>232.067</b>	<b>602.031</b>
Terrenos	17.729	9	(246) *	-	-	17.492	2.315	19.807
Reservatórios, barragens e adutoras	198.441	-	(2.284)	-	-	196.157	125.546	321.703
Edif., obras civis e benfeitorias	40.731	1	(452)	-	-	40.280	24.492	64.772
Máquinas e equipamentos	117.411	-	(1.540)	-	-	115.871	79.263	195.134
Móveis e utensílios	173	1	(10)	-	-	164	451	615
<b>Em Curso</b>	<b>3.689</b>	-	-	-	-	<b>3.689</b>	-	<b>3.689</b>
Terrenos	43	-	-	-	-	43	-	43
Máquinas e equipamentos	871	-	-	-	-	871	-	871
Material em depósito	2.775	-	-	-	-	2.775	-	2.775
<b>TRANSM. / CONEXÃO</b>	<b>5.725</b>	-	<b>(86)</b>	-	-	<b>5.639</b>	<b>3.287</b>	<b>8.926</b>
<b>Em Serviço</b>	<b>5.725</b>	-	<b>(86)</b>	-	-	<b>5.639</b>	<b>3.287</b>	<b>8.926</b>
Edif., obras civis e benfeitorias	15	-	-	-	-	15	12	27
Máquinas e equipamentos	5.704	-	(86)	-	-	5.618	3.268	8.886
Móveis e utensílios	6	-	-	-	-	6	7	13
<b>ADM. CENTRAL</b>	<b>95</b>	<b>32</b>	<b>(8)</b>	-	-	<b>119</b>	<b>284</b>	<b>403</b>
<b>Em Serviço</b>	<b>95</b>	<b>32</b>	<b>(8)</b>	-	-	<b>119</b>	<b>284</b>	<b>403</b>
Máquinas e equipamentos	61	29	(3)	-	-	87	36	123
Móveis e utensílios	34	3	(5)	-	-	32	248	280
	<b>383.994</b>	<b>43</b>	<b>(4.626)</b>	-	-	<b>379.411</b>	<b>235.638</b>	<b>615.049</b>

( \* ) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

### 13. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em Setembro/2005 e Julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:





Descrição	Saldo em 31/12/18	Movimentação				Saldos em 31/03/19		
		Adições	Amortiz.	Baixas	Capitalizações	Valor residual	Amortiz. Acumulada	Custo
<b>GERAÇÃO</b>	<b>163.595</b>	-	(2.266)	-	-	<b>161.329</b>	<b>114.373</b>	<b>275.702</b>
<b>Intangível em Serviço</b>	<b>163.595</b>	-	(2.266)	-	-	<b>161.329</b>	<b>114.373</b>	<b>275.702</b>
Concessão - Uso de Bem Público	152.989	-	(2.142)	-	-	150.847	113.073	263.920
Servidões de Passagem Florestal	2.763	-	(26)	-	-	2.737	26	2.763
Créditos de Carbono	719	-	-	-	-	719	-	719
Repactuação Risco Hidrológico - ( * )	7.100	-	(96)	-	-	7.004	1.269	8.273
Intangíveis	24	-	(2)	-	-	22	5	27
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>6</b>	-	(1)	-	-	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>15</b>
<b>Intangível em Serviço</b>	<b>6</b>	-	(1)	-	-	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>15</b>
Softwares	6	-	(1)	-	-	5	10	15
<b>Total</b>	<b>163.601</b>	-	(2.267)	-	-	<b>161.334</b>	<b>114.383</b>	<b>275.717</b>

#### 14. Direito de Uso

Conforme nota 4.8, a partir de 1º.01.2019, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 estabelece nova forma de registro contábil dos arrendamentos que até 31 de dezembro de 2018 eram reconhecidos no resultado, passam a serem registrados no Ativo como Direito de Uso, em contrapartida com Passivo, também como Direito de Uso na totalidade do valor do contratado durante a vigência, e os pagamentos (amortizações) contabilizados no resultado na medida da periodicidade de sua realização.

A posição do contrato de locação (Direito de Uso) da sede administrativa da companhia em 31 de março de 2019 e a seguinte:

Descrição	Saldo em 31/12/18	Movimentação				Saldos em 31/03/19		
		Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações	Valor residual	Depreciação Acumulada	Custo
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	-	<b>599</b>	(42)	-	-	<b>557</b>	<b>42</b>	<b>599</b>
<b>Direito de Uso</b>	-	<b>599</b>	(42)	-	-	<b>557</b>	<b>42</b>	<b>599</b>
Edificações	-	599	(42)	-	-	557	42	599
Aluguel de imóveis	-	520	(33)	-	-	487	33	520
Juros a Incorrer	-	79	(9)	-	-	70	9	70
<b>Total</b>	-	<b>599</b>	(42)	-	-	<b>557</b>	<b>42</b>	<b>599</b>







**15. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

Descrição	Saldos em	31/12/18	31/12/17
Contribuições Previdenciárias Retidas		8	8
Imposto de Renda Retido na Fonte		73	62
Bolsa Estágio		5	5
Provisão de férias e 13º salário		182	147
		<b>268</b>	<b>222</b>

**16. Fornecedores**

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

Fornecedores	Vencimento	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo em	
							31.03.19	31.12.18
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	-	-	-	-	-	-	1.109	1.137
Suprimento CCEE	-	-	-	-	-	-	-	521
Compra Energia - Mercado Livre	-	-	-	-	-	-	1.577	1.467
Materiais e Serviços - Copel GET	-	-	-	-	-	-	784	785
Materiais e Serviços	-	-	-	-	-	-	563	86
							<b>4.033</b>	<b>3.996</b>

**17. Imposto de Renda e Contribuição Social**

Descrição	Saldos em	31/03/19	31/12/18
Imposto de renda - Lucro Real		4.919	27.017
(-) Imp. renda pago por estimativa		(982)	(5.551)
(-) Imp. Renda retido na fonte		(154)	(386)
Contrib. Social Sobre Lucro Líquido – CSLL		1.773	10.062
(-) Contr.Social pago por estimativa		(567)	(3.152)
		<b>4.989</b>	<b>27.990</b>

A Companhia apurou lucro fiscal no exercício assim demonstrado:







Descrição	31/03/19	31/12/18
Lucro líquido antes dos tributos	20.656	114.710
<b>Ajustes ao lucro contábil</b>	(955)	(2.903)
<b>Adições de despesas indedutíveis</b>	-	919
Despesas Indedutíveis		8
Incentivos fiscais		911
<b>Exclusões de despesas dedutíveis</b>	(955)	(3.822)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(955)	(3.822)
<b>Lucro fiscal do período</b>	<b>19.701</b>	<b>111.807</b>
IRPJ e CSLL Correntes	6.692	37.079
Alíquota efetiva sobre lucro líquido antes dos tributos	32,40%	32,32%

#### 18. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	31/03/19	31/12/18
Tributos retidos na fonte		220	202
Previdência Social INSS		48	62
FGTS		8	10
PIS e Cofins		1.777	2.008
Tributos municipais		14	-
		<b>2.067</b>	<b>2.282</b>

#### 19. Dividendos a Pagar

<b>Dividendos à pagar em 31/12/2018</b>	<b>19.083</b>
<u>Deliberação da A.G.O</u>	
Dividendos adicionais exercício 2018	11.118
Dividendos distribuídos no período	(30.201)
<b>Saldo de dividendos à pagar em 31/03/2019</b>	<b>-</b>

#### 20. Encargos de Outorga ANEEL

Em 31/03/2019 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 213 (duzentas e treze) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.199.034 mil, a valores nominais, e a valor presente o seguinte:





	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em 31/12/2017</b>	<b>58.411</b>	<b>449.149</b>	<b>507.560</b>
Transferências	61.305	(61.305)	-
Pagamentos valor original	(19.000)	-	(19.000)
Pagamentos correção IGP-M	(42.305)	-	(42.305)
Varição monetária	4.402	85.474	89.876
<b>Em 31/12/2018</b>	<b>62.813</b>	<b>473.318</b>	<b>536.131</b>
Transferências	16.725	(16.725)	-
Pagamentos valor original	(4.750)	-	(4.750)
Pagamentos correção IGP-M	(11.975)	-	(11.975)
Varição monetária	1.356	24.300	25.656
<b>Em 31/03/2019</b>	<b>64.169</b>	<b>480.893</b>	<b>545.062</b>

**21. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 31/03/2019, é a seguinte:

	FNDCT	MME	P & D		Consolidado
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
<b>Em 31/12/18</b>	<b>212</b>	<b>105</b>	<b>7.095</b>	<b>-</b>	<b>7.412</b>
Constituições	289	145	289	-	723
Juros SELIC	-	-	7	-	7
Recolhimentos	(308)	(154)	-	-	(462)
<b>Em 31/03/19</b>	<b>193</b>	<b>96</b>	<b>7.391</b>	<b>-</b>	<b>7.680</b>

**22. Outras contas a Pagar**

Descrição	Saldos em	31/03/19	31/12/18
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos		1.073	1.027
Direito de Uso - Edificações		153	-
Cauções em garantia		9	9
		<b>1.235</b>	<b>1.036</b>







**23 Benefício pós Emprego**

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

**23.1 Plano de benefício previdenciário**

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

**23.2 Plano Assistencial**

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê co-participação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumido:

<b>Mutação</b>	<b>circulante</b>	<b>não circulante</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31.12.2018</b>	-	-	-
Apropriação do cálculo atuarial	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	40	-	40
Ganhos / perdas atuariais (Laudó)	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortizações	(40)	-	(40)
<b>Em 31.03.2019</b>	-	-	-

**24. Provisão para Contingências**

Com base em relatório da assessoria jurídica especializada, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados com “possibilidade” de perda, não sendo





necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa.

<b>Modalidade de ação</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31.03.19</b>	<b>31.12.18</b>
Ações trabalhistas		2.169	2.169
Ações cíveis		2.015	2.233
Desapropriações e patrimoniais		6.936	6.936
		<b>11.120</b>	<b>11.338</b>

**24.1 Descrição da natureza e/ou informações sobre as ações**

**a) Trabalhistas**

Ação movida por ex-empregados do Consórcio responsável pela construção das usinas integrantes do CEFSC Complexo Energético Fundação Santa Clara, sendo a Companhia acionada solidariamente a Construtora Triunfo.

**Autos:** 775/2011 - 1ª Vara do Trabalho - Guarapuava

**Valor Estimado:** R\$ 2.169

**Situação Atual:** Sentença condenando solidariamente a Elejor (com a Construtora Triunfo), reformada para subsidiária após interposição de Recurso Ordinário, mantido no TST. Em cumprimento de sentença contra Triunfo.

**b) Cíveis**

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

**Autos:**0001464-23.2015.8.16.0031 - 1ª Cível – Guarapuava,

**Valor Estimado:** R\$ 1.250

**Situação Atual:** Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Autores com Recurso Especial.

**Autos:**0005190-34.2017.8.16.0031 -1ª Cível – Guarapuava,

**Valor Estimado:** R\$ 765

**Situação Atual:** Fase instrutória.

**c) Desapropriações e patrimoniais**

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).







**Autos:**53/2005 – 1ª Cível - Pinhão

**Valor Estimado:** R\$ 97

**Situação Atual:** Fase instrutória.

**Autos:**000278-93.2005.8.16.0134 – 1ª Cível - Pinhão

**Valor Estimado:** R\$ 286

**Situação Atual:** Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, afastando parcialmente o valor da sentença.

**Autos:**107/2003 – 1ª Cível - Pinhão

**Valor Estimado:** R\$ 325

**Situação Atual:** Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia.

**Autos:**000395-98.2003.8.16.0031 – 1ª Cível - Guarapuava

**Valor Estimado:** R\$ 6.228

**Situação Atual:** No prazo para as partes se manifestarem sobre nova perícia.

## 25. Patrimônio Líquido

### 25.1 Capital Social

O capital social subscrito na sociedade, por acionistas domiciliados no País em 31/03/2019, é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 41ª AGE de 08/11/2011, distribuído da seguinte forma:

<b>Acionistas</b>	<b>Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas</b>	<b>Total de Ações Subscritas e Integralizadas</b>	<b>Participação no Capital Total Integralizado</b>
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	<b>100%</b>	<b>60.300.000</b>	<b>100%</b>

### 25.2 Reserva Legal

O montante de R\$ 7.101, se refere à constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido de exercícios anteriores, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, ajustado nos termos do Art. 191 da mesma lei.





### 25.3 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132. Os certificados foram avaliados a € 1,70 (hum euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

### 25.4 Dividendos Adicionais

De acordo com o Artigo 39 do Estatuto Social consolidado em 08/11/2011, a administração da Companhia, após a distribuição antecipada de dividendos do exercício de 2018 no valor de R\$ 46.131, e a proposta (Nota:19) dos dividendos obrigatórios no valor de R\$ 19.083, propôs o registro a título de dividendos adicionais a distribuir no valor de R\$ 11.118, posterior aprovação da AGO.

Em 28 de março de 2019, a 18ª Assembleia Geral Ordinária deliberou pela transferência dos dividendos adicionais para dividendos a pagar.

### 26. Receita Líquida

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/03/19</b>	<b>31/03/18</b>
<b>Geração</b>		<b>73.409</b>	<b>72.241</b>
Venda de Energia UHEs		71.704	70.379
Venda de Energia PCHs		1.705	1.862
<b>Comercialização</b>		<b>1.292</b>	<b>443</b>
MCP - CCEE		-	443
Revenda Energia MCP		1.292	-
<b>Receita Bruta</b>		<b>74.701</b>	<b>72.684</b>
Contribuição para PIS		(516)	(491)
Contribuição para COFINS		(2.379)	(2.266)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(723)	(692)
<b>Deduções da Receita Bruta</b>		<b>(3.618)</b>	<b>(3.449)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>71.083</b>	<b>69.235</b>







**27. Custos Operacionais**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/03/19</b>	<b>31/03/18</b>
Materiais		(54)	(44)
Serviços de Terceiros		(2.774)	(2.513)
Depreciação		(4.618)	(4.102)
Amortização		(2.267)	(2.239)
Seguros		(116)	(98)
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos		(1.359)	(2.149)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL		(179)	(158)
Encargos Uso Rede de Distribuição		(3.340)	(3.092)
Compra de Energia - CCEE		(2.396)	-
Compra de Energia - Mercado Livre		(4.581)	(4.448)
Prêmio de Risco Hidrológico - Lei 13.203/2015		(2.274)	(2.274)
Outros custos		(28)	(31)
		<b>(23.986)</b>	<b>(21.148)</b>

**28. Outras Receitas (Despesas) Operacionais**

**28.1 Despesas Administrativas**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/03/19</b>	<b>31/03/18</b>
Pessoal		(497)	(470)
Administradores		(471)	(458)
Material		(17)	(6)
Serviços de Terceiros		(172)	(211)
Depreciação		(41)	(8)
Arrendamento e Aluguéis		(21)	(54)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(18)	(48)
Outras despesas		(90)	(173)
		<b>(1.328)</b>	<b>(1.429)</b>

**28.2 Outras Receitas**

<b>Descrição</b>	<b>Saldos em</b>	<b>31/03/19</b>	<b>31/12/18</b>
Sobras de inventário		-	146
		<b>-</b>	<b>146</b>





**29. Resultado Financeiro**

	Saldos em	31/03/19	31/03/18
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		547	371
CCEE Encargos de liquidação		15	-
		<b>562</b>	<b>371</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Juros e encargos - debêntures		-	(514)
Encargos da concessão - UBP		(25.655)	(20.460)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF		(5)	(33)
Direito de Uso - Juros incorridos		(9)	-
Juros e correções - P & D		(7)	(30)
		<b>(25.676)</b>	<b>(21.037)</b>
		<b>(25.114)</b>	<b>(20.666)</b>

**29. Cobertura de Seguros**

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2019 a 11.03.2020	Multi Risco	Unidades Geradoras Sta Clara e Fundão	459	302.616
HDI SEGUROS	16.05.2018 a 16.05.2019	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.125
<b>Total</b>				<b>461</b>	<b>303.741</b>

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

**30. Continuidade Operacional**

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens







25 e 26. A eventual insuficiência de capital de giro é suportada pelos acionistas mediante ingresso de recursos destinados a aumento do capital.

**31.. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental**

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

**32. Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes, Fornecedores e Debêntures.

	NE	31/03/19		31/12/18	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor Juasto por meio do Resultado</b>					
Caixa e bancos conta movimento	5	33	33	99	99
Aplicações financeiras	5	25.772	25.772	42.787	42.787
<b>Custo Amortizado</b>					
Clientes	6	25.674	25.674	30.213	30.213
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>51.479</b>	<b>51.479</b>	<b>73.099</b>	<b>73.099</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Total dos passivos financeiros</b>		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação dos mesmos.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.



**Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 31 de março de 2019**

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/03/19	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	90,00	11/04/2018	26/03/2021	Custo amortizado	2	2
CDB - Bradesco	85,75	02/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	10	10
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	21/02/2019	26/01/2024	Custo amortizado	1.015	1.015
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	12/03/2019	14/02/2024	Custo amortizado	868	868
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,00	13/03/2019	14/02/2024	Custo amortizado	1.033	1.033
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	20/03/2019	22/02/2024	Custo amortizado	481	481
CDB - Caixa Econ.Fed.	98,30	22/03/2019	23/02/2024	Custo amortizado	22.353	22.353
Caixa Econ.Federal	6%+TR	29/11/2016		Poupança	10	10
					<b>25.772</b>	<b>25.772</b>

**Clientes**

O risco da Companhia incorrer em perdas de recebimento de valores faturados a seus clientes, é minimizado, em função de que a totalidade dos ativos recebíveis, decorrem da venda de energia com contrato de longo, contraído exclusivamente com parte relacionada e com interveniência da controladora.

Soma aos fatores o histórico de não ocorrência de perdas de recebíveis, desde o início das atividades.



**João Biral Junior**  
Diretor Presidente



**Cleverson Moraes Silveira**  
Diretor Administrativo Financeiro



**Fernando Souza Ribeiro**  
Contador CRC/PR: 024544/O-3



## RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos  
Acionistas e Administradores da

**ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**  
Curitiba - PR

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Companhia). Uma revisão de informações intermediárias, consiste na realização de indagações, principalmente as pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.





## Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referida, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informações suplementar para fins de NBC TG 09, foi submetida a procedimentos de revisão e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações intermediárias.

Curitiba, 30 de abril de 2019.



MACIEL AUDITORES S/S  
CRC 2RS – 5.460/O-0  
DENNIS PAVIA VILLALVA  
CRC 1SP246.768/O-6  
Responsável Técnico